



07 de Abril de 2011

## Parlamento: último dia, uma maratona de votações

---

**Entre inúmeros diplomas, PS e PSD chumbam generalização da prescrição de medicamentos por denominação comum internacional, o que provocou enorme perplexidade por parte dos outros partidos**

PS e PSD chumbaram esta quarta-feira a generalização da prescrição de medicamentos por substância activa, com as restantes bancadas a acusar os sociais-democratas de ceder aos interesses da indústria.

O texto final apresentado pela comissão parlamentar de Saúde resultou da junção dos diplomas do CDS-PP e do PSD, que optou por votar contra por não concordar com as excepções previstas no texto final, segundo afirmou a deputada social-democrata Clara Carneiro.

No debate, a deputada do CDS-PP Teresa Caeiro considerou que a situação é «insólita» já que o PSD «de um dia para o outro» alterou a sua posição sobre um diploma que ajudou a construir.

O deputado do BE João Semedo considerou igualmente que a posição do PSD «é mais que insólita» e acusou o PSD de ceder aos «interesses da indústria farmacêutica e da Ordem dos Médicos».

O líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, considerou que a alteração do PSD é «uma cambalhota antecipada».

«Já tínhamos visto um partido mudar de posição quando vai para o Governo. Agora vemos um partido, que não sabemos se vai para o Governo, esperemos que não, a desdizer-se. É uma cambalhota antecipada do PSD», acusou.

### **Obrigatório indicação de preço de venda ao público**

O Parlamento aprovou ainda esta quarta-feira, com o voto contra do PS, um projecto de lei que torna obrigatória a indicação do preço de venda ao público (PVP) na rotulagem dos medicamentos.

O texto aprovado hoje partiu de um projecto de lei do BE.

Com o voto contra do PS e o voto favorável das restantes bancadas, foi aprovado, um novo regime jurídico de transferência de farmácias, que resultou da junção de textos do PSD, PCP, PEV e PS.

Foi também aprovado o projecto de lei do PS que cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos e institui a figura do bastonário, com a abstenção de nove deputados socialistas.

O diploma foi aprovado com o voto favorável do PS, PSD, CDS-PP e BE e a abstenção do PCP e PEV e de nove deputados socialistas, entre os quais Vera Jardim e Sérgio Sousa Pinto.

Vários deputados das bancadas do PS e do PSD apresentaram declarações de voto. O diploma altera a designação da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos que passa a designar-se Ordem dos Engenheiros Técnicos e institui a figura do bastonário.